



CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O BRASIL EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL

Matheus Henrique Magalhães Cavalcanti¹; Darcilene Cláudio Gomes²

¹Estudante do Curso de bacharelado em ciências sociais - UFRPE; e-mail: matheus.mcavalcanti@gmail.com,

²Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES/CGEP; e-mail: darcilene.gomes@fundaj.gov.br

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a profissão docente no Brasil e em Portugal, buscando identificar as influências internacionais sobre as políticas de educação nos dois países. Para isto, realizamos um levantamento do perfil dos professores, para o Brasil utilizamos o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e para Portugal os relatórios da “Estatísticas de Educação de Portugal” da Direção de Serviços de Estatísticas da Educação (DSEE). Além disso, foi feito um levantamento bibliográfico dos relatórios confeccionados por instituições internacionais, como do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outras; artigos e livros. Observamos que o professorado brasileiro e português, apesar de possuir características semelhantes como a maioria de professores do sexo feminino, se diferencia na formação, a adequação e remuneração revelando a forma heterogênea de absorção e instrumentalização da influência das avaliações internacionais.

Palavras-chave: trabalho docente; avaliações em larga escala; políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as políticas educacionais e a profissão docente no Brasil sofreram influências diversas da agenda internacional da educação. Os modelos de políticas destinados à população em idade escolar que circulam internacionalmente são interpretados e problematizados em distintos contextos nacionais.

As avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), mostram as disparidades existentes entre os países. Portugal obtém desde 2000 resultados positivos, com estudantes exibindo pontuação acima da média dos outros países da OCDE (OCDE, 2019). Já o Brasil ocupa as últimas posições no exame, que avalia conhecimentos em ciências, português e matemática; e evoluiu a passos lentos nas últimas edições da prova.

Neste estudo, procuraremos refletir sobre as possíveis influências que as avaliações internacionais, o PISA em específico, exercem sobre as políticas educacionais e como isso impacta o trabalho docente (carreira, salário e condições de trabalho) no Brasil e em Portugal.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa utilizamos técnicas quantitativas de coleta e análise de dados. Primeiramente empreendemos um levantamento bibliográfico do tema procurando entender qual o efeito das avaliações de larga escala sobre as políticas educacionais no âmbito nacional e internacional (LINGARD, 2016); posteriormente fizemos a leitura dos relatórios internacionais do PISA desde sua primeira aplicação, este mergulho serviu para analisar a evolução do vocabulário utilizado para caracterizar o que é boa e má educação. Procuramos localizar as motivações por trás das instituições financiadoras da avaliação, pois segundo Lingard (2016) e Petterson; Molstad (2016) o aparato midiático e o teor propositivo dos relatórios contribui para a validação da Nova Gestão Pública - NGP (OLIVEIRA, 2019) e a “datificação” da educação que nos revelou o movimento de proletarização do trabalho docente, conforme Enguita (1991).

Em seguida fizemos a coleta e análise dos dados secundários para caracterizar o sistema educacional, mais especificamente o ensino médio, de ambos os países, como o número de matrículas (CARVALHO; COSTA, 2017) e unidades educacionais que estão disponíveis tanto no Censo Escolar do Inep, no caso brasileiro, quanto nos relatórios da Estatísticas de Educação de Portugal da DSEE, para o caso português.

Por fim, destes mesmos órgãos de pesquisa, foram retirados os dados necessários para a construção e análise do perfil dos professores de ambos os países, como sexo, raça/cor, faixa etária, formação e tipo de contratação no ano de 2009, 2013 e 2018.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Observamos que as avaliações internacionais influenciam a confecção e implementação das políticas educacionais em escala internacional (LINGARD, 2016; OLIVEIRA, 2019) mas não de maneira uniforme, entendemos que a instrumentalização do relatório acontece de maneira local afetando os sistemas educacionais, no caso do Brasil e de Portugal, de maneira única e hibridizada (CARVALHO; COSTA, 2017).

Avaliando os relatórios internacionais, entendemos que a racionalidade e o vocabulário empresarial construído por esses relatórios afetam o trabalho docente, ajudando a manter o movimento de proletarização da ocupação ao promover uma cultura da eficiência e controle, encaminhando a educação para a sua mercantilização (CARVALHO, 2019).

Portanto, ao analisar o perfil do docente brasileiro e comparar com os números dos docentes portugueses, encontramos diferenças e semelhanças. Em 2018, por exemplo, 59% dos professores do ensino médio brasileiro era do sexo feminino, enquanto em Portugal 71% de seus docentes eram do sexo feminino, confirmando a feminização da profissão em ambos os países.

Da mesma forma, observamos um envelhecimento da classe docente em ambos os países, com o destaque ao caso português que em 2018 tinha mais de 50% dos docentes do ensino secundário com mais de 50 anos (DGEEC; DSEE, 2020), o que pode indicar a desvalorização da carreira que parece não mais atrair os jovens. Outro dado que colabora com o desprestígio da ocupação e afasta o jovem da carreira em ambos os países (DUARTE, 2013) é o aumento das contratações temporárias, o que gera uma diminuição da estabilidade do trabalho docente e que afeta a atividade pedagógica do professorado.

Porém, mesmo encontrando semelhanças no perfil destes docentes também podemos encontrar diferenças, como nível de formação dos professores. Em Portugal o número de professores do ensino secundário com pós-graduação supera o número brasileiro, demonstrando uma proficiência da gestão portuguesa em garantir uma formação continuada mais robusta ao seu professorado e a eficiência das políticas educacionais híbridas que instrumentalizam as influências internacionais com maior maestria do que o caso brasileiro (CARVALHO, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a profissão docente em ambos os países percebemos que existe uma grande influência das avaliações internacionais na confecção e implementação das políticas públicas educacionais. Desde a apropriação argumentativa do desempenho em determinada avaliação ou na tentativa de importar políticas públicas externas. Porém, também observamos que cada gestão lida com a pressão internacional de forma particular e endêmica do perfil dos docentes e dos sistemas educacionais. A instrumentalização dos relatórios internacionais e rankings acontecem em ambos os países analisados, mas com diferenças de grau e aplicação.

As racionalidades produzidas pelos relatórios das grandes avaliações internacionais criam uma cultura do desempenho que é absorvida pela escola e pelos gestores públicos. Por isso, pensamos em analisar em uma pesquisa futura como a racionalidade empresarial de instituições como a OCDE, mesmo que ressignificada para responder às demandas autóctones, mudou a forma de governar e gerir as políticas educacionais ao longo dos anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CNPq e à Fundação Joaquim Nabuco pelo apoio financeiro da pesquisa, à minha orientadora, Darcilene Cláudio Gomes, pelos ensinamentos, paciência, compreensão e disponibilidade durante a maior pandemia do último século. E em especial agradeço a minha companheira por, literalmente, me acompanhar nessa jornada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2018: Notas estatísticas**. Brasília, 2019

CARA, D. Contra a barbárie, a direita à educação In: CASSIO, F. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. – 1.ed., São Paulo, Boitempo, 2019.

CARVALHO, L. M. PISA, política e conhecimento em educação. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 136, p.601-607, jul.-set., 2016.

CARVALHO, L. M.; COSTA, E. Avaliação externa das escolas em Portugal: atores, conhecimentos, modos de regulação. In: **RBPAE** - v. 33, n. 3, p. 685 - 705, set./dez. 2017

DUARTE, A. W. B. **Por que ser professor? Uma análise da carreira docente na educação básica no Brasil**. Belo Horizonte, 2013.

ENGUITA, Mariano Fernández. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. In: **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.

LINGARD, B. PISA: Fundamentações para participar do acolhimento político. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 136, p.609-627, jul.-set., 2016.

PETTERSSON, D; MOLSTAD, C. E. PROFESSORES DO PISA: A ESPERANÇA E A REALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO. In:**Educ. Soc.**, Campinas, v.37, nº. 136, p.629-645, jul.-set., 2016

PORTUGAL. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC); Direção de Serviços de Estatísticas da Educação (DSEE). **Educação em números 2020**, Lisboa, DGEEC, 2020

OECD, **PISA 2018 Results (Volume I): What Students Know and Can Do**, PISA, OECD Publishing, Paris, 2019

OLIVEIRA, D. A. A profissão docente no contexto da Nova Gestão Pública. In: OLIVEIRA, D. A.; CARVALHO, L. M.; LEVESSEUR, L.; MIN, L.; NORMAND, R. (Org). **Políticas educacionais e a reestruturação da profissão educador: Perspectivas globais e comparativa**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2019.

TCU. **1º Relatório de acompanhamentos do Plano Nacional de Educação**. Brasília, TCU, 2014.